

Discurso do Dr. Fernand Vrancken

DISCURSO DO DR. FERNAND VRANCKEN, PRIMEIRO PRESIDENTE DA CÔRTE DE CONTAS DA BELGICA, NA SESSÃO SOLENE DE INAUGURAÇÃO DO CONGRESSO, NA CAMARA DOS DEPUTADOS, EM 4 DE MAIO DE 1959

Excelência, permitireis, em seguida, dirigir a saudação mais cordial de nossas instituições nacionais que nos delegaram, a Sua Excelência Ministro JOSÉ PEREIRA LIRA, Presidente do Tribunal de Contas do Brasil, e a seus eminentes colaboradores, que aceitaram hospedar nosso Terceiro Congresso Internacional e agradecer-lhes calorosamente ter assegurado a tarefa árdua e difícil de sua organização.

A presença nesta sessão solene das mais altas autoridades do país e dos representantes qualificados das nações estrangeiras constitui uma prova evidente da estima de que desfrutam o Tribunal de Contas e seu digno Presidente e traz uma nova prova de que a iniciativa tomada em 1953 pelo Tribunal de Contas da República de Cuba merecia a mais alta consideração.

Congratulamo-nos de ser acolhidos por uma nação da qual, como Belga, pude apreciar a generosidade e da qual conhecemos a altivez, nação da qual os governantes ousam, malgrado as contingências econômicas e sociais às vezes difíceis, abordar corajosamente o reerguimento e o desenvolvimento, visando, unicamente, o bem-estar presente futuro de uma população sempre crescente, esforçando-se de pôr à sua disposição todos os recursos naturais de que é tão rico vosso país.

Repetiu-se com frequência que o controle das finanças da comunidade nacional constitui uma das garantias essenciais das conquistas democráticas, sobretudo quando é exercido por uma instância superior e independente, chamada a prestar conta diretamente aos eleitos representantes da nação.

E' possível que o cidadão não tenha mais consciência desta vigilância incessante exercida sobre o emprego das contribuições que êle coloca a disposição do poder que êle elegeu; é possível que os próprios representantes não pensem tão frequentemente na eficácia de instituições que são devidas, como no Brasil, assim como o lembrava tão oportunamente o Ministro-Presidente PEREIRA LIRA, a perseverança esclarecida e a energia de outros RUI BARBOSA e de outros SERZEDELO CORREIA.

Primitivamente a missão de nossos organismos superiores de controle limitava-se à vigilância do emprego dos fundos públicos, conforme as auto-

rizações concedidas pelos Paramentos; mas sob o império das necessidades econômicas e sociais, o Estado é obrigado a apoderar-se de domínios que até então estavam reservados à iniciativa privada. Normas práticas administrativas instauraram-se, organismos novos instalam-se em lugar das antigas administrações; os Paramentos vêm-se privados imperceptivelmente de toda a autoridade e todo o controle preventivo sobre a gestão de bens que, apesar de tudo, pertencem à comunidade e dos quais são responsáveis. Restam apenas nossas instituições para continuar a montar uma guarda vigilante sobre a manipulação dos dinheiros públicos no interesse do país, para fazer surgir, se for preciso, as responsabilidades que se impõem e prestar conta ao país em seus relatórios anuais, como elas antigamente garantiam-lhe a realidade e a legalidade das contas do Estado.

Certamente, nossas antigas instituições devem adaptar sua missão a essas novas modalidades de administração e de gestão; o ensinamento de experiência recente de algumas de entre elas pode ser útil a outras chamadas a viver semelhante processo de administração.

Destarte, assim como vos indicava o Ministro-Presidente PEREIRA LIRA, impõe-se cada vez mais à humanidade ou a partes importantes dela colaborações íntimas sobre terrenos cada dia mais variados, econômicos, sociais, militares e culturais, essas colaborações necessitam dos próprios Estados e por conseguinte da coletividade de seus cidadãos da sua contribuição financeira e material. Os cidadãos dos Estados membros não entenderiam, finalmente, que apelos financeiros cada vez mais importantes não acarretem nenhuma responsabilidade e que não sejam feitas regularmente as contas de seus gestores.

Enfim, desde algum tempo, novos povos adquirem o direito de administrar-se por si e solicitam ajuda para organizar sua administração e assegurar uma gestão sã de suas finanças. Sejam quais forem nossas reações nacionais, convém oferecer esta ajuda simplesmente, de maneira a evitar a prepotência de elementos de perturbação e de desordem.

Todavia — permito-me insistir nesse ponto — nossas instituições nacionais não querem impor métodos por força de uma maioria eventual em nossos congressos, exercer uma ação sobre a vontade dos legisladores; somos especialistas em matéria de controle das finanças públicas; somos unicamente peritos que estudam as experiências acumuladas e que as oferecem ao exame daqueles que assumem a responsabilidade de legislar para o bem de seu país. As recomendações dos nossos congressos não comprometem nenhum dos participantes, mas serão levadas ao conhecimento das autoridades nacionais ou internacionais competentes.

Tôdas essas razões de interesse superior, que alguns talvez não apreciem em seu justo valor, têm militado a favor destes contatos que nós desejaríamos permanentes entre as instituições de controle superior e externo das finanças públicas e que concretizaremos na criação de um Conselho Internacional das instituições superiores de controle das finanças públicas, sobre o qual sois chamados, meus caros colegas, a deliberar.

O Congresso do Rio, que acabais de inaugurar solenemente, Senhor Presidente, verá a realização dessa colaboração internacional que se situa já em outros domínios e que trará sua pequena pedra ao edifício imenso e sólido da união dos povos pela paz e a felicidade da comunidade humana.

É a esta obra que vos convido, Senhores e caros colegas, consagreis esta semana de trabalhos nesta cidade que o gênio do homem aperfeiçoou e conquistou ao mar neste quadro de esplendores naturais dominados pela proteção do redentor.